

DISPENSA DE LICITAÇÃO/2021 – GELIC
PROCESSO Nº 202100059000826

Trata o presente processo das justificativas de Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada para a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de digitação de cadastro financeiro das propostas de financiamento das linhas de crédito do PEAME – Programa Estadual de Apoio ao MicroEmpreendedor, conforme justificativas a respeito da necessidade da contratação, estampada no Memorando nº 322/2021-GEPAT (000020679319), oportunidade em que passamos a tecer as seguintes considerações.

Considerando que a Gerencia de Serviços Gerais e Patrimônio, através do Memorando nº 322/2021-GEPAT (000020679319), encaminhou a Diretoria Administrativa e Financeira, solicitação pedindo a contratação de empresa especializada para realização dos serviços de digitação de cadastro financeiro das propostas de financiamento das linhas de crédito do PEAME – Programa Estadual de Apoio ao MicroEmpreendedor, aprovadas pelo Comitê de Crédito II, no sistema financeiro \$FINANCE CD e \$FINANCE EM (SoftPar), tendo em vista que a presente contratação tem por objetivo otimizar os procedimentos de cadastramento de propostas, conforme especificações técnicas dos serviços a serem executados, constantes do Termo de Referência documento (000020751660).

Considerando que o Diretor Administrativo e Financeiro, através do Despacho nº 778/2021-DIRAF (000020752257), ordenou o encaminhamento do Processo a Gerência de Licitações e Contratos-GELIC, manifestando favoravelmente ao pleito e que sejam adotadas todas as medidas necessárias a fim de realizar a contratação, observadas todas as exigências e formalidades legais.

Considerando que toda a execução dos serviços objeto deste contrato deve ser acompanhada por um funcionário da GoiásFomento a ser designado pela Gerência de Atendimento - ao Público- GEATE, a qual será responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato de Prestação dos serviços;

Considerando que a licitante deverá obter todo e qualquer tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários) para a perfeita execução dos serviços contratados;

Considerando que a licitante ficará obrigada a pagar todos os encargos fiscais, taxas comerciais, seguros, tributos e contribuições que incidirem direta, ou indiretamente, na execução dos serviços contratados mão de obra, despesas operacionais e administrativas, seleção e contratação de pessoal, supervisão, fiscalização, transporte, taxas, uniformes, crachás, emolumentos, seguros, indenizações, férias, elementos substituto de férias, folgas, licenças, atestados, faltas, e todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e securitárias serão de obrigação da empresa CONTRATADA;

Considerando que a licitante deverá ter endereço situado na região metropolitana de Goiânia ou Aparecida de Goiânia. Será de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer despesas ou danos causados por seus técnicos, nas dependências da CONTRATANTE, resultantes de atividades alheias ao objeto da contratação, bem como àquelas resultantes de imperícia ou inobservância a normas técnicas e de segurança;

Considerando que não será permitida a retirada, por técnicos da Licitante às dependências da CONTRATANTE, de qualquer documento sem a devida autorização;

Considerando que a licitante é obrigada a executar os serviços de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias e locais determinados pela contratante, de acordo com suas necessidades;

Considerando que a licitante é obrigada ao atendimento imediato, elucidação de dúvidas e quaisquer outros questionamentos oriundos dos servidores designados pela Gerência de Atendimento, devendo também os funcionários da empresa se reportar a estes servidores autorizados, todas suas dúvidas quanto ao procedimento de cada processo;

Considerando que a licitante é obrigada, através de funcionários próprios, devidamente uniformizados e identificados através de crachás a realizar o serviço, deverá fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção, em quantidade suficiente e de acordo com as normas de segurança do trabalho, em especial, deverá disponibilizar às suas custas qualquer EPI – Equipamento de Proteção Individual, necessário ao bom desenvolvimento dos serviços. Em nenhuma hipótese a Contratante poderá ser responsabilizada por acidentes que venham a ocorrer com os empregados da CONTRATADA durante a execução dos serviços objeto do contrato;

Considerando que a empresa contratada deverá executar os serviços de cadastramento de 5.000 (cinco) mil propostas de crédito em banco de dados da GoiásFomento, considerando o registro das informações de Pessoas Físicas e Jurídicas, devendo os serviços serem concluídos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato com a GoiásFomento.

Considerando as justificativas acima e a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de digitação de documentos (cadastro financeiro de propostas), a Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio providenciou em 21/05/2021, planilha orçamentária de cotação de preços, junto às seguintes empresas:

01) DIGINOTAS DOCUMENTOS ELETRONICOS EIRELI EPP, apresentou proposta de preço para digitação de 5.000 propostas, pelo valor global de R\$ 49.300,00 (quarenta e nove mil e trezentos reais);

02) SOUZA E RIBEIRO ADVOCACIA E CONSULTORIA, apresentou proposta de preço para digitação de 5.000 propostas, pelo valor global de R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais);

03) ARQUIVO TOTAL apresentou proposta de preço para digitação de 5.000 propostas, pelo valor global de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Considerando o exposto nas cotações de preços anexadas aos autos, restou comprovado que a melhor proposta de preço apurada foi aquela apresentada pela empresa **DIGINOTAS DOCUMENTOS ELETRONICOS EIRELI EPP**, que apresentou a melhor proposta de preço para prestação dos serviços, no valor total de **R\$ 49.300,00 (quarenta e nove mil e trezentos reais)**;

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal pelo qual reza o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determina que as obras, serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e

ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 13.303/2016, mais conhecida como Lei das Estatais.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, no caso, as **Dispensas de Licitações** e as Inexigibilidades de Licitações. O presente procedimento, trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no **Art. 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**, onde se verifica ocasião em que é cabível a **Dispensa de Licitação**:

O Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A, estabelece o seguinte:

Art. 51 – A licitação poderá ser dispensada nas seguintes hipóteses:

I (...)

II Para outros serviços e compras de valor até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se

refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

Os atos em que se verifique a **Dispensa de Licitação** são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise do inciso II, inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no **Art. 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**, o que justifica a contratação direta.

O critério do menor preço deve presidir na escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do processo, pelo menos 03 (três) propostas de preço.

O critério do menor preço deve presidir na escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas de preço.

Finalmente, considerando que as despesas decorrentes desta Dispensa de Licitação, informada no Despacho nº 035/2021, serão contabilizadas através da Dotação Orçamentária: Conta nº DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS - OUTRAS - 8.1.7.57.99.001.000-7.

Esta Comissão, com base na solicitação da GEPAT – Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio, estampada no Memorando nº 322/2021-GEPAT (000020679319), e ainda, nas considerações acima, resolve declarar por meio deste Despacho, a **Dispensa de Licitação**, que tem por finalidade a contratação da empresa **DIGINOTAS DOCUMENTOS ELETRONICOS EIRELI EPP**, que apresentou a melhor proposta de preço, pelo valor total de R\$ 49.300,00 (quarenta e nove mil e trezentos reais), para prestação dos serviços de cadastramento de 5.000 (cinco) mil propostas de crédito em banco de dados da GoiásFomento, considerando o registro das informações de Pessoas Físicas e Jurídicas, devendo os serviços serem concluídos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, objeto desta **Dispensa de Licitação**. Fundamentação Legal: **Art. 51, inciso II do Regulamento Interno das Licitações e Contratos da Agência de Fomento de Goiás S/A**.


Diante do exposto, participamos que foram juntados todos os documentos necessários para instruir este procedimento.

Remetam-se os autos à GEJUD para o devido parecer jurídico e, após, ao Senhor Presidente para, caso assim entenda, autorizar a referida contratação nos termos das exposições acima.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A, aos 25 dias do mês de maio do ano de 2021.

JOHNILTON DE ALMEIDA E SILVA
Presidente da CPL

Membros:


01. Klycia Lima Soares


02. Petherson Santos Santana